

---

**Evento: Audição Pública "O próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2017"**

**Data: 17 de Dezembro de 2018**

**Local: UAlg**

1

Magnífico Reitor da UAlg e nosso anfitrião, Professor  
Doutor Paulo Águas;

Exmo. Presidente da Comissão Eventual de  
Acompanhamento do Processo de Definição da  
«Estratégia Portugal 2030», Deputado João Paulo Correia,

Senhores Deputados,

Exmos representantes das entidades oficiais aqui  
presentes,

Caros Palestrantes e Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Em nome do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro, que não pôde comparecer como gostaria, por se encontrar ausente do concelho, quero agradecer o convite para estar na sessão de abertura desta audição.

É para nós um prazer aqui estarmos, perante tão excelsa audiência, ajudando a reflectir sobre os desafios que se nos colocam a propósito do próximo quadro financeiro plurianual, 2021 a 2027.

2

E quanto a isso, a primeira nota é uma nota de incerteza em relação ao futuro.

Na verdade, o que temos hoje por certo, amanhã poderá já não o ser.

E as nuvens que se prefiguram no horizonte não permitem que nos tranquilizemos.

A economia é, hoje mais do que nunca, global e universal na sua teia de conexões, interdependências, causas e efeitos.

Efectivamente, na Europa globalizada, os países periféricos são aqueles que mais dificuldades encontram quando as economias liderantes dão sinais negativos.

Neste momento, a realidade apresenta-nos um quadro pouco auspicioso, pelas razões que todos sabemos:

O intrincado processo do “brexit” que, para além de tudo o que já tem sido dito e escrito, representa uma redução das contribuições comunitárias em cerca de 10 mil milhões de Euros;

A desaceleração das economias alemã e francesa (esta última fustigada por violenta onda de reivindicação e luta social, cujas externalidades importa ainda apurar); as incertezas quanto aos caminhos prosseguidos em Itália e em alguns outros países; o conflito comercial sino-americano, são fatores de instabilidade que a todos assustam...

Gostaríamos de poder abordar os desafios com a certeza de que fizemos tudo o que devíamos para nos precavermos de um malogro económico mundial.

Mas, no que diz respeito ao nosso País, mentiria se vos dissesse que considero que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance.

Hoje registamos a inexistência na administração de um verdadeiro espírito reformista e de adaptação e, igualmente, a ausência de um plano de prevenção que nos defenda de eventual réplica de tão avassalador abalo sistémico como aquele de que acabamos de recuperar.

Esta é a minha convicção: ao invés de criarmos um rumo, simplesmente apanhámos a corrente. Veremos até onde esta nos levará.

Perante este cenário, saudamos a Assembleia da República e a sua Comissão Eventual de Acompanhamento pelo extenso debate

nacional que se vai levando a efeito, um pouco por todo o país, acerca das perspectivas financeiras 2021-2027.

Na verdade, é preciso ouvir as regiões e os seus agentes e conhecer a sua perspectiva sobre os desafios que aí estão e que há que vencer até 2030.

E quanto a isto, há contas que, se não importa ajustar, importa pelo menos recordar.

No quadro comunitário em vigor, o Algarve registou uma redução significativa de verbas colocadas à disposição dos seus agentes económicos.

Isso deveu-se essencialmente ao modo de cálculo das verbas a alocar, injusto, porque atenta em exclusivo ao critério do PIB *per capita*.

É certo que o Algarve se continua a constituir como uma região geradora de valor. Mas é preciso não esquecer que, na maioria dos casos, a riqueza gerada é desviada para outros pontos do país ou mesmo do mundo, onde se localizam as sedes das empresas que aqui operaram, sem que os residentes tenham um retorno efectivo – e justo, da riqueza que geram.

Por outro lado, uma análise mesmo que pouco atenta, permite chegar rapidamente à conclusão de que existem fragilidades

estruturais que desmentem a classificação obtida segundo o indicador único PIB.

Percorrer de comboio ou de carro a região permite perceber a dimensão do nosso atraso no que respeita a infraestruturas e vias de comunicação, bem como a ausência de transportes públicos de qualidade e em quantidade.

5

Visitar o interior permite verificar as flagrantes disparidades deste em relação ao litoral;

E para se ter uma ideia ainda mais acertada do quão longe estamos do nível de desenvolvimento que se nos atribui, basta cair numa cama de hospital e de lá não poder sair porque não há médico nem remédios e sofrer assim as desesperantes lacunas do nosso sistema público de saúde.

Também ao nível dos equipamentos sociais do distrito, os mesmos são francamente insuficientes, face às necessidades.

Em suma, estamos numa região que se continua a debater pelo progresso. Um progresso que tem que assentar na coesão territorial e social; na existência de condições de vida condignas, seguras e confortáveis para todos.

Uma região com emprego estável, qualificação e educação; com dinâmica empresarial e políticas económicas ambiciosas.

E se estamos nesta fase a discutir as nossas perspectivas em face do que nos pode trazer o futuro, então, ilustres amigos, não podemos “dourar a pílula”.

Assim, consideramos que bem mais ajustada à realidade concreta das nossas regiões para efeitos de alocação de verbas, seria, por exemplo, a utilização do indicador do INE para análise ao nível de desenvolvimento efectivo das regiões: o Índice Sintético de desenvolvimento Regional, que enquadra variáveis como a competitividade, a coesão ou o ambiente, conferindo uma imagem mais real das necessidades de investimento e desenvolvimento de cada região.

O atual quadro comunitário apostou, e bem, em princípios como o crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo definindo princípios para um crescimento económico saudável, como sejam o estímulo à produção de bens e serviços transaccionáveis; o incremento das exportações; a transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo; a integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social; Racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública, entre outros.

Tratou-se de um caminho iniciado, que tem de ser continuado. A ele devem ser acrescentadas preocupações e desafios bem actuais, que terão impacto na nossa região, como sejam as alterações

climáticas, a digitalização crescente da económica, ou a transição da economia linear para a economia circular, entre outros.

No desafio que se nos impõe, enquadra-se o reforço da coesão entre as regiões. Mau grado os desafios que tem pela frente, a União Europeia deve continuar a consolidar-se a passos largos.

7

O processo de construção europeia é, simultaneamente, um sonho e um desafio e há um longo caminho a percorrer. Não será fácil, mas se os livros nos dão conta de uma história de sucesso iniciada no Mosteiro dos Jerónimos há 32 anos atrás, então resta-nos simplesmente perseverar.

Muito obrigado pela vossa atenção!

O Vereador Carlos Baía